



Número: **0801297-54.2018.8.18.0049**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **22/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EVERTON DA CRUZ SOUSA (AUTOR)		LUCIANO DE CARVALHO E SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2271697	22/05/2018 22:41	Petição Inicial	Petição Inicial
2271699	22/05/2018 22:41	procuração e documentos	Procuração
2271700	22/05/2018 22:41	sinistro	Documentos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE
VALENÇA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.**

NISTRO: 3170401867

NATUREZA: INVALIDEZ

EVERTON DA CRUZ SOUSA, brasileiro, solteiro, lavrador, inscrito no CPF sob n. 6.376.993-37 e RG nº 59.672.391-x SSP/SP, residente e domiciliado no Povoado Barrinha, s/n, na rural do município de Valença do Piauí (PI), CEP 64300-000, vem por intermédio de seu advogado, “in fine” assinado, conforme instrumento procuratório em anexo, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros



vados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Requer, desde já, o Demandante, a concessão do benefício da gratuidade judiciária, pois o possui condições de arcar com o encargo financeiro porventura gerado nesta relação processual, com base no Art. 4º da Lei 1.060/50.

DOS FATOS

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito em 05/11/2016, por volta das 10h10min, quando trafegava conduzindo uma motocicleta de marca HONDA CG 125 FAN de placa NIA-9189, conforme registro de *boletim de ocorrência nº 054/2017* em anexo.

Em decorrência deste acidente de trânsito resultou em enfermidades incuráveis e doenças permanentes, consoante registro de ocorrência de entrada no Hospital Regional Estácio Portela – HREP de Valença/PI e do Hospital da Polícia Militar do Piauí – HPMPI em anexo.

Como consequência do trágico acidente, o beneficiário teve as seguintes lesões: **1) uma no membro superior esquerdo MSE; punho esquerdo, com fratura/luxação na articulação distal do raio, após internação foi realizado procedimento cirúrgico no membro supramencionado; 2) escoriações múltiplas pelo corpo; Em decorrência do grave acidente, no momento do atendimento, o requerente apresentou a redução da capacidade funcional conforme laudos médicos em anexo.**

Com base nisso, requereu a indenização do seguro DPVAT, conforme art. 3º alínea "b" da lei 6.194/74, que determina o pagamento de R\$ 9.450,00, no caso em tela, ocasião em que juntou todos os documentos necessários para a seguradora Requerida, conforme tabela em anexo.

Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido a invalidez decorrente do acidente narrado, **O PROMOVENTE NÃO FOI INDENIZADO**, portanto, razão pela qual é o presente para pleitear o valor fixado pela Lei 6.194/74, a ser pago pela seguradora, uma vez que o segurado sofreu lesões em decorrência do acidente de trânsito. Contudo, não há falar em prescrição, vez não ter ocorrido o pagamento devido na via administrativa, o que, interrompe o aludido prazo, voltando o mesmo a correr, conforme documento em anexo.



É, em síntese, o relatório dos fatos.

DO DIREITO

DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO FORO COMPETENTE

O presente caso, indubitavelmente, é regido pelo Código de Defesa do Consumidor, pois este, em seu artigo 3º, § 2º, rotula serviço como sendo “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, INCLUSIVE AS DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA, salvo as decorrentes de caráter trabalhistas”.

Assim sendo, as ações em que o consumidor pretende atribuir à responsabilidade civil o fornecedor de produtos e serviços, poderão ser propostas no domicílio do autor, até mesmo para exercer a garantia da facilitação da defesa dos seus direitos, consoante o artigo 101, inciso I, do artigo 6º, VIII, do CDC, veja-o:

"Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas:

I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor";

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".

Deste modo, como as atividades securitárias sujeitam-se às normas protetivas do CDC, quer o autor, o recebimento da presente ação e o seu devido processamento perante este respeitável Juízo.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA



A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

“Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

(...)

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A Requerida em comento, ante o princípio da solidariedade que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda.

Demonstrando mais claramente o princípio da solidariedade, prevê o Art. 7º, “caput”, Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

“Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. 2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes. (...) 6. Agravo regimental



improvido.” (Agrg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106). V – VALORES PAGOS A MENOR DO SEGURO DPVAT: Como é sabido, por determinação legal, todo proprietário de veículo automotor deve arcar com um seguro obrigatório, denominado DPVAT, como forma de indenizar as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente da existência de culpa ou mesmo da identificação do veículo envolvido no acidente.

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do autor, notadamente que houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, ensejando, por via líquida, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais comezinhos princípios do direito.

Destarte, uma lesão que compromete a vida do autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo sequelas permanentes não só físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, conforme tabela:

Indenização devida = R\$ 9.450,00

Indenização recebida = R\$ 0,00

Diferença/valor exigido = R\$ 9.450,00

Desse modo, em vista da recusa da seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário para que imponha a seguradora a obrigação de pagar a complementação da sua indenização, correspondendo ao remanescente a ser devidamente realizado até o efetivo pagamento, acrescidos correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.

A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

Com base na narração fática supra, bem como na documentação probatória trazida aos autos, conclui-se, incontestavelmente, que o promovente preencheu todos os requisitos necessários para que tivesse direito a indenização securitária.

Aduz o Art. 355, do Código de Processo Civil, o seguinte:

Art. 355 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.



Art. 358 - O juiz não admitirá a recusa:

I - se o requerido tiver obrigação legal de exhibir;

III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

Dessa forma, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente quizila, requer se digne Vossa Excelência determinar que a promovida EXIBA TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO DO REQUERENTE, ressaltando-se que o presente pedido não redundará em nenhum ônus a promovida, haja vista que a mesma possui livre e estrito acesso ao sistema MEGADATA DE COMPUTAÇÃO, sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo mensal.

OS PEDIDOS

EX POSITIS, o autor requer se digne Vossa Excelência:

- a) Requer a gratuidade da Justiça, posto que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e dos familiares.
- b) Que seja a Requerida citada, pelos Correios, via AR, para, querendo, apresentar contestação;
- c) Que seja aplicado o Código de Defesa do Consumidor na presente demanda, para tratar-se indiscutivelmente de relação de consumo;
- d) Determinar que a Requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal;
- e) Em caso de Vossa Excelência não entender cabível o pedido retro, requer, desde logo, a inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, inc. VIII, do CDC, de modo que fique sob responsabilidade da seguradora em provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados;
- f) **O JULGAMENTO INTEIRAMENTE PROCEDENTE** da presente demanda, de modo que seja condenada a seguradora Requerida ao pagamento do seguro obrigatório determinado pela lei, equivalente a **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e noventa reais)**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos de correção monetária, desde a data do sinistro, uma vez que o autor **NÃO FOI INDENIZADO**, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do Resp. 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP;



g) A condenação da seguradora nas custas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Ademais, requer a este Douto Juízo que toda e qualquer notificação/intimação referente presente demanda seja feita em nome do subscritor desta peça Exordial, **LUCIANO DE CARVALHO E SILVA – OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A.**

Dá-se a causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses termos, Pede deferimento.

Valença (PI), 22 de maio de 2018.

LUCIANO DE CARVALHO E SILVA

ADVOGADO

OAB-PI 10.014



DPVAT

“PROCURAÇÃO” AD-JUDICIA ET EXTRA”

OUTORGANTE: EVERTON DA CRUZ SOUZA, brasileiro, **ESTADO CIVIL: SOLTEIRO**, CPF: 026.376.993-37, RG: 59.672.391-X, SSP/SP, END. PV. BARRINHA S/N, B. RURAL, CIDADE: VALENÇA DO PIAUÍ - PI, CEP: 64-300-000.

OUTORGADOS: LUCIANO DE CARVALHO E SILVA, Advogado, OAB/PI 10.014 – OAB/MA 14.693-A, inscrito no CPF sob n. 881.413.573-87, (86) 99998-5974, lucianocarvalho.adv@gmail.com, com escritório profissional na Avenida Coronel Costa Araújo, n. 2355, 303 A, Bairro de Fátima, CEP n. 64049-460, Teresina/PI.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia(m) e constitui(em) seus bastantes procuradores, os advogados acima qualificados, a quem conferem amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **AD-JUDICIA ET EXTRA**, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos dos outorgantes em qualquer repartição Pública (Federal, Estadual ou Municipal, administrativamente, e/ou em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal) ou Privada, receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do(s) pedido(s), renunciar ao(s) direito(s), que se funda(m) a(s) ação(ões), acionar, desistir, transigir, transacionar, passar recibos, dar quitação, em juízo ou extrajudicialmente, sobre o(os) negócio(s) do(a) Outorgante(s) no que lhe for incumbido, podendo requerer, alegar, defender todo(s), o(s) seus direitos e justiça, em quaisquer demandas ou causas cíveis, trabalhistas ou criminais, movidas ou por mover contra o(s) outorgante(s), em que seja(m) autor(es) ou réu(s), podendo requerer citações, ajuizar ações de todas as espécies, contra quem de direito, apelar, agravar ou embargar, qualquer sentença ou despacho, assinar termo de Inventariante, partilhas amigáveis, oferecer exceções, libelo, embargos, suspeição, contraditar ou inquirir testemunhas, concordar, discordar ou impugnar cálculos, avaliações, descrição de bens, seguindo umas e outras, até final de decisão, usando todos os recursos legais em fim, incluindo também CLÁUSULA “AD NEGOTIA”, onde autoriza o OUTORGADO a fazer levantamento e valores creditados em favor do OUTORGANTE, através de alvará judicial, receber alvará em nome do próprio, RPV ou Precatório, junto ao Banco do Brasil, CEF ou qualquer instituição financeira, que façam qualquer referência aos depósitos judiciais em que o OUTORGADO atuou como patrocinador da ação, podendo ainda, receber alvará judicial, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, pelo que reputo(amos) como bom firme e valioso.

VALENÇA DO PIAUÍ – PI, 21 de NOVEMBRO de 2017

Outorgante: Evertou da cruz Souza

Dispensado autenticação, art. 105 da Lei 13.105/15 (NCPC)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8810-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

59793250

Evertton da Cruz Sousa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 59.672.391-X 1 via DATA DE EXPEDIÇÃO 04/03/2015

NOME
EVERTON DA CRUZ SOUSA

FILIAÇÃO
JOSE DA CRUZ SOUSA
MARIA DA CRUZ SOUSA

NATURALIDADE
S.CAETANO DO SUL - SP

DATA DE NASCIMENTO
27/03/1984

DSC ORIGEM
SAO CAETANO DO SUL-SP SAO CAETANO DO SUL CN:LV.A53 /
FLS.49 /Nº62101

DPS
026376993/37

Caetano Paulo Filho
Delegado de Polícia Departamento IIRGS/SP

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





LOCALIZAÇÃO
01.05.05.0000000036

CONCLUSIONS

Media: 00005

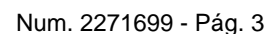
PARÂMETROS DA ÁGUA DISTRIBUIDA

M E N S A G E N S

Caso tenha pago,desconsiderar o aviso.

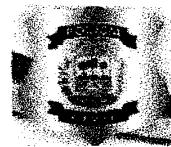
CONCLUSION

RECAP:





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CIVIL PIMENTEIRAS-PI



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 054/2017

REGISTRO DO ACIDENTE

Delegacia Responsável: Delegacia de Polícia Civil do Município de Ipiranga do Piauí-PI.
Data e Hora da Comunicação: 30.06.2017(*sexta-feira*), às 10h20min da manhã.
Comunicante/conductor: *EVERTON DA CRUZ SOUSA (vítima não fatal)*
Endereço: Localidade Barrinha, situado na zona rural, Município de Valença do Piauí /PI.

DADOS DO ACIDENTE

Data e hora da Ocorrência: 05.11.2016 (*sábado*), às 19h10min da noite.
Tipo de via: Avenida pavimentada (*asfáltico*) **Zona:** Urbana
Local do fato: Avenida Brasil, bairro centro, Cidade de Valença do Piauí/PI, mais precisamente nas proximidades do Hospital Regional Eustaquio Portela – HREP.
Condições locais: via simples, com pavimentação asfalto, regular estado de conservação, traçado em curvas, perfil semiplano, período noturno, boa visibilidade e tempo bom.

DADOS DA PESSOA ENVOLVIDA

Pessoa envolvida: Conductor **Tipo:** Conductor, vítima não fatal.
Nome do Conductor/vítima: *Everton da Cruz Sousa* **Nacionalidade:** Brasileiro
Natural: Caetano do Sul/SP **Profissão:** Trabalhador rural **Estado civil:** Solteiro
Idade: 33 Anos **Data de nasc.:** 27.03.1984 **Escol:** Alfabetizado
Doc.: RG. 59.672.391-X SSP/SP **CPF/MF:** 026.376.993-37 **CNH:** Não habilitado
Filiação: José da Cruz Sousa e de Maria da Cruz Sousa
Endereço: Localidade Barrinha, situado na zona rural, Município de Valença do Piauí /PI.

DADOS DO VEÍCULO ENVOLVIDO

Veículo: Motociclo **Marca/modelo:** Honda/CG 125 Fan **Cor:** Preta
Placa: NIA-9189 **Município:** Valença do Piauí/PI **Chassi:** 9C2JC30708R207710
Ano/fabricação: 2008 **Ano/modelo:** 2008 **Cód. renavam:** 00986254924
Lic. em nome: *Paulo Rodrigues de Sousa* **CPF/CNPJ:** 00783555326
Conductor: *comunicante, vítima não fatal* **Combustível:** Gasolina
Endereço: Consta no documento do referido veículo **Local de reg.:** Detran/PI
Outras informações: O comunicante/conductor relatou que trafegava conduzindo este veículo (*motocicleta*) pela Avenida Brasil, bairro centro, Cidade de Valença do Piauí/PI.

TESTEMUNHAS DO ACIDENTE

- **NÃO INFORMADO**

HISTÓRICO DO ACIDENTE

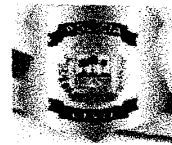
Everton da Cruz Sousa
Everton da Cruz Sousa
Comunicante/vítima não fatal.

RUA MARIA DO SOCORRO MARREIROS, Nº 715, BAIRRO-CENTRO-DEL. DE POLÍCIA CIVIL DE PIMENTEIRAS-PI-FONE: 015 (89) 98144 - 6435



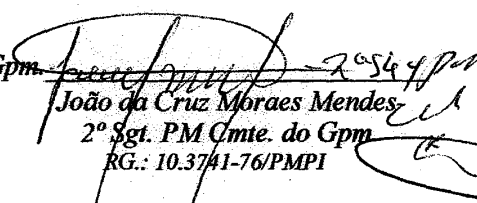
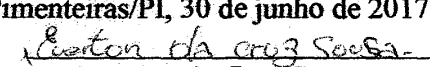


GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CIVIL PIMENTEIRAS-PI



Continuação do Boletim de Ocorrência nº 054/2017.....fls. 02

O comunicante/conductor supramencionado (**Everton da Cruz Sousa**), acima já qualificado, relatou que trafegava conduzindo esse veículo (*motocicleta*) pela sobredita Avenida (*Avenida Brasil, bairro centro, Cidade de Valença do Piauí/PI*); que nas proximidades do Hospital Regional Eustaquio Portela – HREP, situado na Cidade de Valença do Piauí/PI, repentinamente uma motocicleta não identificada conduzida pelo condutor desconhecido atravessou na sua frente; que ao tentar desviar desse veículo o mesmo perdeu o controle da motocicleta que conduzia acima descrita e veio cair ao chão sobre a pista de rolamento dessa via; que em decorrência dessa queda o comunicante/conductor sofreu **trauma, apresenta dor com limitação funcional da mão esquerda, fratura/luxação na extremidade distal do radio de acordo com Formulário de Regulação do Hospital Regional Eustáquio Portela-HREP, situada na Cidade de Valença do Piauí/PI, primeiro local de atendimento da vítima, logo após sofrer esse acidente, folha de internação, laudo para solicitação e autorização de internação, boletim de cirurgia e relatório de exame de Raios-X do Hospital Dirceu Mendes Arcoverde – HDMA (Hospital da Polícia Militar do Piauí – HPMPI), situado na Av. Higino Cunha, nº 1642, bairro Ilhota, Cidade de Teresina/PI, conforme, cópias dessas documentações em anexos**. Disse ainda o mesmo (*comunicante/vítima*), que desse local (*do acidente*) foi levado para o sobredito Hospital Regional, sendo o atendido pelo Dr. Rafael Barbosa Vieira, médico de plantão, logo em seguida o mesmo foi encaminhado pelo mesmo profissional por conta dos ferimentos sofrido nesse acidente para sobredito Hospital (*Hospital Dirceu Mendes Arcoverde*). O comunicante/conductor (*vítima*) declarou que está fazendo o presente registro de ocorrência para que o mesmo possa requerer junto a seguradora o prêmio do seguro DPVAT. Era o que tinha a certificar, o referido é verdade e dou fé. Eu, **João da Cruz Moraes Mendes – 2º Sgt. “PM”**, Comandante do Gpm, que o digitei.//

Comandante do Gpm.  Pimenteiras/PI, 30 de junho de 2017.
João da Cruz Moraes Mendes 
2º Sgt. PM Cmte. do Gpm **Everton da Cruz Sousa**
RG.: 10.3741-76/PMPI Comunicante/vítima fatal.

“As informações contidas neste Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito são de inteira responsabilidade deste Comunicante, sendo ao mesmo informado que a comunicação de crime não ocorrido ou fato inexistente é crime punível na forma da Lei (art. 339 e 340 do CPB)”

RUA MARIA DO SOCORRO MARREIROS, Nº 715, BAIRRO-CENTRO-DEL. DE POLÍCIA CIVIL DE PIMENTEIRAS-PI-FONE: 015 (89) 98144 – 6435





Assinado eletronicamente por: LUCIANO DE CARVALHO E SILVA - 22/05/2018 22:41:30

<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1805222241302170000002211179>

Número do documento: 1805222241302170000002211179

Num. 2271699 - Pág. 6

Deton da Cruz Seosa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 013029774740

VIA 1 CÔD RENAVAM 00986254924 EXERCÍCIO 2017

PAULO RODRIGUES DE SOUSA

CPF/CNPJ 00783555326

CHASSI 9C2JC30708R207710

PLACA NIA-9189

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/ANINHUMA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN

CATEGORIA PARTICIP

VENG COTA UNICA 1

IPVA 2

FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2

PAGAMENTO

PREMIO TARIFARIO (R\$) 000,00

OF (R\$) 000,00

PREMIO TOTAL (R\$) 000,00

DATA DE PAGAMENTO 02/10/2017

VALÊNCIA DO PAVL

DATA 02/10/2017

CONTRAN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PI Nº 013029774740 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

WWW.SEGURADORALIDER.COM.BR

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 02/10/2017

VIA 1 CÔD RENAVAM 00986254924 EXERCÍCIO 2017

PAULO RODRIGUES DE SOUSA

CPF/CNPJ 00783555326

CHASSI 9C2JC30708R207710

PLACA NIA-9189

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/ANINHUMA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN

CATEGORIA PARTICIP

VENG COTA UNICA 1

IPVA 2

FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2

PAGAMENTO

PREMIO TARIFARIO (R\$) 000,00

OF (R\$) 000,00

PREMIO TOTAL (R\$) 000,00

DATA DE PAGAMENTO 02/10/2017

VALÊNCIA DO PAVL

DATA 02/10/2017

CONTRAN

9102/1306

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, EVERTON DA CRUZ SOUSA, portador da carteira de identidade nº 59.672.391-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 026.376.993-37, residente e domiciliado na BARRILHA, 55, Cidade VALENÇA DO PIAUI, Estado PIAUI, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Everton da Cruz Sousa.

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

VALENÇA DO PIAUI-PI, 24/08/2017
Local e data



3170555826 CPF 02637699337

ANALISE VERIFICACAO 23/10/17

HREP HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA
AV SANTOS DUMONT,
CENTRO, VALENCA DO PIAUI/PI - 64300-000
CNPJ: 06553564001100
(89) 3465-1015 - (89) 3465-1369
HREP - HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

Ficha de Atendimento (Pronto Socorro)

Atendimento: P0140037
Data: 05/11/2016
Funcionario: MARIO

Registro: 54414
Hora: 19:23:00
Tipo: CONSULTA
Sexo: MASCULINO

Senha 5

SUS

EVERTON DA CRUZ SOUSA

CPF: - RG: - SUS: RG: 59 670.393 - X SSP SP

Nasc.: 27/03/1984 * Idade: 32 ANOS, 8 MESES, 9 DIAS Profissão:

Civil: CASADO(A) CEP: 64300-000

End.: BARRINHA, 0 -

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: VALENCA DO PIAUI/PI

Cor: PRETA

Telefone: () -

Mãe: MARIA DA CRUZ SOUSA

Pai:

Clinica: CLINICA GERAL

Documento: 6067 - RAFAEL BARBOSA VIEIRA

Responsavel: EVERTON DA CRUZ SOUSA - O MESMO

Temp.: °C

Peso: Kg

P.A.:

Procedimentos

05/11/2016 19:23 0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☐ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Queixa principal: TRAUMA

lesão no braço direito no antebraço. Dor / inchaço funcional no braço e

Exame clínico/físico:

Diagnostico provavel:

Trauma

Medicação:

Medicamentos prescritos / não é

Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

Dr. Rafael Vieira
Médico
CRM-PI 6067





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Compare com o(a) original que
foi apresentado(a) e dou fé.
Em, 08/01/17

Setor do Arquivo Técnico do HPMP-I

Luiz Henrique Vasconcelos Reis - 2º TEN PM
RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-0
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

NOME DO PACIENTE: Glenton Cruz Sales

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 182027

Obs: Não fornecemos 2ª via.

Luiz Henrique Vasconcelos Reis - 2º TEN PM
RGPM 105198193-2 / Mat. 14495-0
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMP-I
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:
HOSPITAL POLICIA MILITAR I

3 - Nome do estabelecimento executante:
HOSPITAL POLICIA MILITAR I

Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)
Orgão Emissor: M221100001
AIH : 221610178268-6
UNI : HOSPITAL DA POLICIA - DIRCEU

EVERTON DA CRUZ SOUSA

D.LIBERA: 25/11/2016

PROCED.: 0408020431 TRATAMENTO CIRURGICO DE PRATURA DIAFISARIA NICA
UP.SIST: CELSO
CID : S525

Luciana Ribeiro Formiga Rocha
DI. LAUDADORA DRCASIAS
01. LAUDADORA DRCASIAS
22/03/1984
0763
ASS. MÉDICO RESPONSÁVEL

idimento

0763

5 - Nome: **EVERTON DA CRUZ SOUSA**

6 - Prontuário: **182029**

7 - CNS: 700306918031033 8 - Nascimento: 27/03/1984 02:00 9 - Sexo: M CPF: 026.376.993-37
11 - Mãe: MARIA DA CRUZ SOUSA 12 - Fone: 89-9.99407573
13 - Resp: EDUARDO HENRIQUE DA CRUZ SOUSA 14 - Cor: PARDA
15 - Ender:: CON ABDOR PORTELA I Q B CASA 077 COAB 19 - CEP: 64300-000
16 - Munic: VALENCA DO PIAUI 17 - Cod. IBGE: 221130 18 - UF: PI RG: 59672-391X

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

*Exame em punho esquerdo
apresenta dor e limitação funcional*

21 - Condições que justificam a internação:

As acima

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Fr. fratura de rádio distal (E)

23 - Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.:

25 - Cid Sec.:

26 - Cid C.Ass.:

Fratura rádio 5525

Procedimento Solicitado

0408020431

Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

29 - Clínica: POSTO II 30 - Carater.: 02 Ident.: 1 31 - Documento: CPF 65265386491

33 - Nome Profissional / Assistente
EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR

34 - Data de Solicitação:
15/11/2016

Tempo SUS
Roceldo Reg
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3531/CRM-MA 646
35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito. 39 - CNPJ Seguradora: 42 - Nº. Bilhete. 41 - Serie
37 - () Acidente de Trabalho Típico. 43 - CNPJ Empresa: 43 - CNAE Empresa 44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetos.
45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador 47 - Data Autorização.

48 - Documento

49 - Num. Documento

50 - Ass. Carimbo (RG Conselho)

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.

Usuário: LUCIA.SILVA
Consulta Local:
Consulta SUS: 201611050095
Impressão 13:16:19



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 18 / 11 / 16
Nº DO PRONTUÁRIO 182029 SALA 08
CÓD DA CIRURGIA: 0108020431

Descrição da Cirurgia:

18/11/2016

PACIENTE DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA // GARROTE BRAÇO ESQUERDO // ASSEPSIA E ANTISEPSIA // COLOCAÇÃO DE CAMPOS ESTERILIZADOS // ACESSO ANTERIOR DE RADIO DISTAL // DISSECÇÃO POR PLANOS // REDUÇÃO // FIXAÇÃO COM PLACA + PARAFUSOS // LIMPEZA EXAUSTIVA COM SF0,9% // APROXIMAÇÃO DE PARTES MOLES // REDUÇÃO INCRUENTA DA RADIO ULNAR DISTAL ESQUERDA + FIXAÇÃO COM FIO DE KIRSCHNER // CURATIVO // RETIRADA DE GARROTE DE ESMARSH // TALA LUVA.

Roceldo Rego
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI 3531/CRM-MA 6488

Erís Henrique Vasconcelos Reis
RGPM 105198193-2 / Mat. 14453 D
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

Cirurgia: OSTEOSINTHESE-FRATURA LUXAÇÃO DE GALLIAZZI PUNHO ESQUERDO

Cirurgião: DR ROCELDO ANTONIO NEVES DO REGO

1º Auxiliar:

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador: Almeida

Circulante: Gomes / Jesus

Roceldo Rego
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI 3531/CRM-MA 6488



SINISTRO 3170401867 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EVERTON DOS ANJOS SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO INVESTPREV Seguradora S/A-Filial Rio de Janeiro-RJ

BENEFICIÁRIO EVERTON DOS ANJOS SILVA

CPF/CNPJ: 34696559874

Posição em 22-05-2018 20:01:15

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

